

Jovens empreendedores conseguiram apoios do Estado

Francisco Banha, presidente da Gesventure é um acérrimo defensor do Capital de Risco. Já escreveu livros, já fez conferências sobre o tema e após tantos anos ainda se empolga numa discussão mais acesa. Para ele o caminho está finalmente aberto e o Estado ajudou a dar um empurrão aos jovens empreendedores portugueses. Pela primeira vez

Ainda é difícil recorrer ao Capital de Risco em Portugal. Como se têm comportado as Sociedades Capital de Risco onde o Estado tem a maioria accionista?

Portugal assistiu no último ano, pela primeira vez em 20 anos de Capital de Risco, a um verdadeiro clima potenciador da actividade empreendedora, muito por força da excelente performance alcançada pelas Sociedades de Capital de Risco (SCR), onde o Estado tem uma maioria accionista significativa - merecendo nestas um particular destaque a espectacular actividade desenvolvida pela PME Investimento. Neste período, poderei assegurar que todos os jovens empreendedores, portadores de projectos com elevado potencial de crescimento e valorização e assentes numa boa equipa de gestão, conseguiram obter os capitais necessários ao arranque dos seus negócios, independentemente das suas áreas de actividade e até mesmo dos montantes envolvidos.

Pode dar alguns exemplos?

O caso da Alfama que "levantou" três milhões de euros, a BySat 365 mil euros, ou até mesmo a Brincópolis que "levantou" apenas 50 mil euros. Este período ficará seguramente na História do Capital de Risco nacional pois, pela primeira vez, o número de projectos apoiados na fase de *seed* e *start-up* ultrapassaram os investimentos efectuados na fase de expansão na qual, como é sabido, o estado de maturidade dos projectos diminui significativamente o risco dos Investidores e, como tal, canaliza, por regra, muito mais investimentos.

Então o papel do Estado esteve pela primeira vez em sintonia com as necessidades dos jovens empreendedores portugueses?

Sim, conforme o demonstra a "catadupa" de projectos que, desde o início do presente exercício, se encontram a bater à porta das SCR portuguesas, nomeadamente nas do Sector Público. Portanto, por aqui penso que estamos no caminho certo, e sinceramente só espero que a reestruturação do Capital de Risco Público, que já vem sendo falada há mais de um ano, não venha a contribuir para um retrocesso desta excelente dinâmica já iniciada e no âmbito da qual não ficará indiferente a mais recente iniciativa lançada pelo Iapmei - Programa Finícia - com o principal objectivo de financiar a criação e o arranque de "Start-ups" e sobre o qual aguardamos com expectativa os resultados daí decorrentes.

O que falta fazer para alavancar o sector?

Apesar do clima positivo atrás referido temos de, possuir a coragem de reconhecer

que o Sector de Capital de Risco no nosso País não tem qualquer relevância na nossa economia contrariamente ao que se verifica em Espanha onde os valores investidos tem atingido recordes dignos de registo conforme o demonstra os números alcançados em 2005 - 4.117 milhões de euros contra os 244 milhões de euros registados em Portugal, no mesmo período. Para que se perceba a minha afirmação refira-se que num espaço de 20 anos o número de Sociedades de Capital de Risco em Espanha passou de 24 para 124 enquanto que no nosso País o número se mantém praticamente o mesmo ou seja cerca de 20 Entidades.

Mas qual é a explicação para essa "explosão" em Espanha?

Naturalmente que o acréscimo alcançado na Indústria de Capital de Risco espanhola, na linha aliás do que tem estado a ocorrer na Europa, se deve fundamentalmente à significativa oferta de Fundos na área das Operações de *Management Buy Out* e/ou *Management Buy In* e que não têm tido equivalência em Portugal. Considero no entanto, e verdade seja dita, que tal é devido, não tanto por culpa do lado da oferta, mas principalmente pela ausência, até ao momento, de Gestores portugueses, com características Empreendedoras, que se encontrem sensibilitados para as oportunidades existentes na transmissão da propriedade das empresas principalmente por parte dos empresários fundadores.

E esta situação não poderá melhorar em Portugal?

Acredito que, nos dois próximos anos, o mercado nacional irá "aquecer" e as SCR irão ter aí uma excelente oportunidade de realizarem os seus investimentos, tal como tem vindo a acontecer recentemente no país vizinho.

Até porque a existência, no nosso país, de um enquadramento jurídico e fiscal bastante atractivo, comparativamente a outros países europeus tem permitido a entrada no mercado de alguns operadores internacionais, dotados de fundos significativos e que certamente se estarão a posicionar

para fazer face às oportunidades que certamente irão aparecer naqueles estágios de desenvolvimento.

Em todo o caso nunca é de mais salientar a importância de continuar a preencher o *Gap* existente nas fases de capital semente, por novos investidores - *business angels*, fundos *seed* capital universitários, *corporate ventures* - que permita estimular o aparecimento e estabelecimento de novas empresas voltadas para a inovação.

Mas esses são os negócios mais ariscados. Os que têm menos probabilidades de sucesso. Não poderá ser um risco para as carteiras das SCR?

Contrariamente ao que muitos velhos do Restelo tentam fazer passar junto da opinião pública a análise sobre as taxas de retorno auferidas em média pela indústria de capital de risco indica que bastam poucos investimentos bem sucedidos para se obter uma remuneração satisfatória de toda a carteira, o que demonstra que apesar desta actividade envolver elevados riscos a actividade de capital de risco pode ser bastante compensadora para os investidores principalmente aqueles que actuam nas fases iniciais onde os investidores informais podem alavancar e muito os negócios em virtude da sua rede de contactos e da sua capacidade de gestão.

Falando um pouco dos *business angels*. Qual o estado de desenvolvimento destes anjos do dinheiro?

Convém antes de mais recordar que estar envolvido nas actividades de *Business Angels* implica um grande nível de risco conforme o demonstram diversos estudos os quais salientam que em dez negócios, um tem muito sucesso, dois ou três estão perto do ponto de equilíbrio, e os restantes seis ou sete têm de ser completamente suportados pelo *Business Angel* pois não conseguem afirmar-se no Mercado.

Na generalidade dos Estados Membros tem vindo a ser introduzidos alguns incentivos fiscais tendo em vista encorajar os *Business Angels* a serem activos e consequentemente a estimular o investimento

por parte desses Investidores compensando-os pela falta de espírito empreendedor e a aversão de risco que se encontram bem patentes na generalidade dos países europeus. Muito por força desses estímulos jurídicos e fiscais a actividade nalguns países, França, Alemanha, Bélgica para não falar do Reino Unido, tem estado a ter níveis de desenvolvimento bastante interessantes e que não tem qualquer comparação com o nosso País.

E em Portugal?

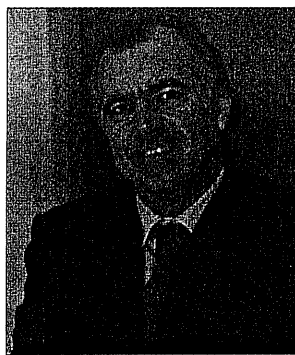
Acredito, no entanto, que a curto prazo seja tornada pública a regulamentação, jurídica e fiscal, da actividade de *Business Angels* em Portugal que venha estimular, como tenho vindo reiteradamente a afirmar, a criação de redes regionais de *business angels*, que actuem localmente e que facultem não só o designado "*seed capital*" mas fundamentalmente a experiência empresarial de que os *Business Angels* são detentores.

A antecipar esta boa notícia importa salientar as recentes manifestações de interesse da parte de um conjunto de Investidores na criação das Associações de *Business Angels* do Porto, Minho, Cascais, Aveiro, Covilhã e Algarve e que em breve irão juntar-se, no desenvolvimento das suas actividades, ao primeiro Clube de *Business Angels* Português - www.businessangels.pt - fundado pela Gesventure no final de 1999, o qual é membro activo da Rede Europeia de *Business Angels* (EBAN) e no qual estão associados 25 investidores que entre si estão disponíveis a aportar a projectos de elevado potencial de crescimento e valorização mais de um milhão de euros.

Qual o sector da nossa economia que se destaca por recorrer com frequência ao capital de risco?

No ano transacto, o sector da biotecnologia revelou uma enorme vitalidade no acesso aos investimentos via capital de risco, uma vez que foram efectuadas diversas operações, tais como a Alfama três Milhões de Euros, Biotecnol (1,3 Me), Bioalvo (1,3 Me), Biotrend (0,425 Me), Biosurfit (1,28 Me), Biocodex (0,06 Me), Bioteca (0,47 Me), Immunostar (2,17 Me), Genetest (0,178 Me), Space (0,330 Me), Micropolis (0,06 Me).

Refira-se, por sua vez, que os citados projectos se encontravam, na maior parte dos casos citados, numa fase "*seed capital*", ou seja, ao nível da fase de concepção e/ou protótipo. Ora, este facto é bastante elucidativo do potencial instalado na Comunidade Científica Nacional, a qual ao ter, pela primeira vez, uma oferta adequada, por parte das SCR nacionais, faz antever bons êxitos num futuro próximo, princi-



"Acredito que nos próximos dois anos o mercado vai aquecer"

Francisco Banha

ENTREVISTA

Orientações financeiras para os próximos fundos

Foram aprovadas, em Conselho de Ministros, as orientações financeiras no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN). As decisões tomadas privilegiam três prioridades políticas:

1. Reforçar as verbas destinadas à qualificação dos recursos humanos
O Fundo Social Europeu (FSE) passa a representar 37% das dotações financeiras atribuídas ao conjunto dos Fundos Estruturais, aumentando em dez pontos percentuais a sua posição relativa face à situação vigente no Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCA III). Assim, as intervenções co-financiadas pelo FSE na educação, formação, emprego, coesão social e ciência beneficiarão de mais 1,3 milhões de euros do que no período de programação anterior, passando de 4,7 para 6 mil milhões de euros.

2. Reforçar as verbas destinadas à competitividade e ao crescimento sustentado da economia portuguesa

As intervenções do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) dirigidas à promoção do crescimento sus-

tentado da economia portuguesa terão uma dotação de pelo menos cinco mil milhões de euros, repartida pelo montante de 2,7 mil milhões de euros no âmbito do PO Temático «Factores de Competitividade» e por um valor mínimo de 2,3 mil milhões de euros a mobilizar pelos PO Regionais em acções de promoção da competitividade à escala dos respectivos territórios.

3. Reforçar as verbas destinadas aos Programas Operacionais Regionais do Continente Os PO Regionais do Continente (exclusivamente co-financiados pelo FEDER) passam a representar 55% do total de FEDER a mobilizar no Continente, aumentando em nove pontos percentuais a sua importância relativa face aos valores equivalentes no QCA III. A dotação financeira dos PO Regionais das regiões «Convergência» do Continente (Norte, Centro e Alentejo) aumentará 7% face ao valor equivalente do QCA III. Neste contexto, a estruturação dos PO Regionais do Continente deverá ter em conta as seguintes dotações: 2426 milhões de euros no Norte; 1522 milhões de euros no Centro; 274 milhões de euros em Lisboa; 777 mi-

lhões de euros no Alentejo; 160 milhões de euros no Algarve.

O Conselho de Ministros reconheceu a importância de melhorar a qualidade de vida num quadro de sustentabilidade, tendo reservado uma dotação FEDER de pelo menos 3,4 mil milhões de euros para a prossecução deste objectivo, a repartir pelo PO Temático «Valorização Territorial» (1,4 mil milhões de euros) e por um conjunto de acções a apoiar no âmbito dos PO Regionais a favor desta temática (valor mínimo de 2 mil milhões de euros). O Conselho de Ministros entendeu, ainda, fixar um envelope indicativo de fundos comunitários para a região do Algarve no sentido de minimizar as consequências de uma redução significativa e abrupta dos fundos estruturais. Assim, é assegurada uma dotação financeira comunitária indicativa para esta região de 553 milhões de euros (Fundos estruturais, Fundo de Coesão e Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), a que acrescerá a sua participação no Fundo Europeu das Pescas.

palmente pelo efeito demonstração que irá produzir no seio da cidadã comunidade.

Por que motivo a banca continua a não apoiar projectos que envolvam risco? Nomeadamente os que se encontram nas fases iniciais?

Gostaria de esclarecer que a Banca não apresenta, como alternativa de investimento, a área de projectos empresariais via Capital de Risco. O que acontece é que os Grupos Financeiros, nos quais os bancos se inserem, possuem veículos de investimento, que actuam essencialmente na área do *Private Equity*, ou seja, em operações de alguma dimensão financeira e em sectores de actividade que se caracterizam por uma grande maturidade, assegurando uma razoável previsibilidade de evolução dos respectivos negócios.

A este nível, a oferta existente por parte das SCR dos Grupos Financeiros tem sido adequada ao mercado português, conforme o demonstra o recente exemplo de financiamento (cerca de 100 milhões de euros) efectuado por parte da Caixa Desenvolvimento na aquisição da Compal por parte do Grupo Sumolis.

Porém, e para provar que existem excepções neste tipo de Operadores, veja-se a, recente, aposta da SCR do Grupo Espírito Santo na *Start-up* "YDreams", no montante de 7,5 milhões de euros.

Daqui se conclui que, apesar de o financiamento de projectos nas fases *Seed* e *Start-up* não se incluir no raio de acção dos Operadores privados, já começam a denotar-se sinais por parte dos seus responsáveis que os revelam mais receptivos aos investimentos em projectos com essas características, muito por força do efeito demonstração que a reorientação estratégica, levada a cabo na operadora PME Investimentos possibilitou em termos de dinamização do lado da Procura, ou seja dos Empreendedores.

E a Gesventure?

A Gesventure— Desenvolvimento de Novas Tecnologias, SA, é uma sociedade anónima, com um capital social de oitenta mil euros. O seu principal negócio é a angariação de capital junto de investidores para investimento em empreendedores com modelos de negócio de elevado potencial de crescimento e valorização. No último ano angariámos 15,1 milhões de euros além, de um conjunto alargado de serviços na área da consultoria complementar ao nível da elaboração e optimização dos Planos de Negócios, Operações de Reestruturação de Capital bem como na avaliação de sociedades com recursos a métodos reconhecidos de avaliação. De referir ainda que a Gesventure tem promovido, apoiado e colaborado no desenvolvimento da actividade de *business angel* em Portugal.

"O sector do Capital de Risco em Portugal não tem qualquer relevância na nossa economia, contrariamente ao que acontece em Espanha"

DESIGN: NINA

ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA PME'S E ESTAGIÁRIOS

Destinatários

ESTAGIÁRIOS Jovens com idade até aos 35 anos*, habilitados com qualificação de nível superior numa das áreas de formação consideradas para efeitos do programa Inov-Jovem.

*Se os destinatários forem pessoas portadoras de deficiência não se aplica o limite de idade. Os Formandos beneficiarão de: Bolsa de Formação de 2 x rnm (durante 12 meses), Subsídio de Alimentação de 3,95 €/dia (durante 11 meses), Seguro de Acidentes, Subsídio de Alojamento, Despesas de Transporte, Despesas de alojamento em regime residencial nos dias dos seminários. EMPRESAS PME's enquadradas nos CAE considerados na Portaria nº 586-A/2005 de 8 de Julho. As empresas beneficiarão de quadros qualificados, comparticipados em 75% do valor da bolsa de estágio (2 x rnm).

A empresa cabe apenas o pagamento de 25 % deste valor durante o período de estágio (10 meses).

Áreas de Intervenção

QUALIDADE: QUALINOV - Qualidade e Inovação para PME's (um curso, duas edições)
GESTÃO DA INOVAÇÃO: INOV-GEST - Jovens Empreendedores para a Gestão e Inovação em PME's (um curso, duas edições)
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: INOV-TIC - Tecnologias de Informação para PME's (um curso, duas edições)

As segundas edições de cada curso terão início entre Setembro e Outubro de 2006.

Informações e Inscrições

Departamento de Formação, Instituto Pedro Nunes, Rua Pedro Nunes, 3030-199 Coimbra
Tel: 239 700 905 / 909 / 990 / 900 | Fax: 239 700 912
e-mail: formacao@ipn.pt | www.ipn.pt

COM O APOIO:



Ministério da Economia e da Penção
Ministério do Trabalho e da Segurança Social



PROMOTOR:



IPN
INSTITUTO PEDRO NUNES

ENTIDADE ACRÉDITADA PELO:

